

# RELATÓRIO & CONTAS 2019

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019



## Modernizar Para Melhor Servir





# RELATÓRIO & CONTAS 2019

INSTITUTO NACIONAL DE  
SEGURANÇA SOCIAL



NATIONAL INSTITUTE OF  
SOCIAL SECURITY

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2019

*Modernizar Para Melhor Servir*



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL  
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL



## COMISSÃO DE CONTROLO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO I- PARECER RELATIVO À CONTA ANUAL DE GESTÃO DO INSS DE 2019

Ao  
Conselho de Administração  
Do Instituto Nacional  
De Segurança Social

Local



Substituto do Presidente do Conselho de Administração

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do Artigo 13 do Decreto n.º 17/88, de 27 de Dezembro, conjugado com o n.º 3 do Artigo 115 do Decreto n.º 51/2017, de 09 de Outubro, a Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS, apresenta o seu Parecer relativo à Conta Anual de Gestão do Instituto Nacional de Segurança Social, referente ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2019.

Da análise à referida conta verificaram-se melhorias nos procedimentos durante o exercício de 2019, tendo sido concluída a Implantação do projecto SISSMO - Pagamentos, responsável pela gestão do processamento e pagamento de pensões em todas as delegações provinciais.

Foi concluído o Estudo Actuarial do sistema contributivo de segurança social no País como resultado dessa avaliação, verificou-se que as reservas do sistema, constituídas até 31 de Dezembro de 2019, nos termos do Decreto n.º 51/2017, de 9 de Outubro, são suficientes para fazer face aos compromissos projectados para o mesmo período.

A Comissão de Controlo do Conselho de Administração notou que há uma preocupação em assegurar que os investimentos efectuados garantam o devido retorno a instituição de acordo com o legislado.

A Comissão de Controlo do Conselho de Administração INSS é de parecer favorável à publicação da Conta Anual do INSS do exercício de 2019 com as seguintes recomendações:

1. Assegurar que todos edifícios e Projectos já iniciados tenham o seu desfecho o mais breve possível;
2. Implementar as recomendações do Auditor Externo.

Maputo, 07 de Julho de 2020

Maria Rosel Salomão Pedro  
Presidente da Comissão de Controlo



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL  
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL



## GABINETE DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO II- DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSS SOBRE A CONTA ANUAL DA SEGURANÇA SOCIAL DE 2019

Nos termos da alínea e) do artigo 8 do Decreto n.º 17/88, de 27 de Dezembro, é função do Conselho de Administração, entre outras, deliberar sobre as Contas Anuais da Segurança Social relativas aos exercícios económicos.

Neste contexto, o Conselho de Administração do INSS, reunido na sua 193.ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 09 de Julho de 2020, apreciou os pareceres da Comissão de Controlo e do Auditor Externo sobre a Conta Anual do Instituto Nacional de Segurança Social relativa ao exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2019 e a proposta de Aplicação de Resultados do mesmo exercício económico, submetidas pela Direcção Geral.

O Conselho de Administração do INSS constatou que o relatório do Auditor Externo da Conta Anual de 2019, que constitui parte integrante da mesma, apresenta apreciação favorável às demonstrações financeiras apresentadas e desempenho financeiro do exercício findo e notou que a Comissão de Controlo, na apreciação da Conta Anual de 2019, produziu importantes recomendações à Direcção Geral para os exercícios subsequentes, com vista ao aprimoramento da gestão.

Observou ainda que o Auditor Externo apresenta algumas reservas na sua opinião, mas reconhece a existência de um trabalho em curso para a resolução das mesmas.

Assim, o Conselho de Administração deliberou aprovar a Conta Anual de 2019 do Instituto Nacional de Segurança Social e orientar a sua publicação.

O Conselho de Administração continuará a acompanhar a implementação das recomendações do Auditor Externo e da Comissão de Controlo e estimular a Direcção Geral no processo da dinamização das acções em curso relativas à informatização global do Sistema de Segurança Social e outras actividades relevantes com vista a melhoria da sua gestão.

Maputo, 07 de Julho de 2020



Substituto do Presidente do Conselho de Administração





# RELATÓRIO & CONTAS 2019

## Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2019



### III. Responsabilidade da Direcção Geral pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral do INSS é responsável pela preparação e correcta apresentação das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço a 31 de Dezembro de 2019, a Demonstração de resultados, o Mapa de fluxos de caixa e o Mapa de mutação de valores do ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das práticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com os princípios e práticas adoptadas pelo Instituto.

A responsabilidade da Direcção inclui o desenho, implementação e manutenção de políticas de controlo interno relevantes, que permitam a preparação e correcta apresentação de demonstrações financeiras que não possuam erros materiais relacionados com fraude ou erro de selecção e aplicação de práticas contabilísticas apropriadas, e elaboração de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

A Direcção efectuou a avaliação da capacidade do Instituto continuar a operar com a devida observância do princípio de continuidade e não tem qualquer razão para acreditar que os negócios possam ser de alguma forma interrompidos no decorrer do próximo exercício económico.

### IV - Relatório Técnico da Conta Anual

#### 4.1. Enquadramento Económico

##### 4.1.1 Economia Global

N De 2018 até os finais de 2019, a economia mundial cresceu ao ritmo mais fraco como resultado do aumento de incertezas e perda de dinamismo da economia mundial, designadamente: i) a desaceleração do comércio internacional, em parte associada a conflitos comerciais e tecnológicos, entre Estados Unidos e China; ii) questões políticas, com destaque para a perspectiva de saída (Brexit) do Reino Unido da União Europeia (UE); e iii) questões económicas, associadas ao crescimento nos Estados Unidos e ao risco de uma recessão na Europa, especialmente na Alemanha e na Itália.

Com o aumento da incerteza os bancos centrais reagiram de forma agressiva ao enfraquecimento da actividade, tendo a Reserva Federal (Fed) dos Estados Unidos, o Banco Central Europeu (BCE) e os bancos centrais de importantes economias de mercados emergentes adotado medidas de política monetárias consubstanciadas na redução das taxas de juro, com vista a evitarem uma desaceleração mais grave.

No geral, o crescimento do volume do comércio no primeiro semestre de 2019 caiu para 1%, o nível mais fraco desde 2012. E dada a contínua desaceleração da economia as projeções de crescimento global foram revistas em baixa para 1,7% (em comparação a 2,3% em 2018) e a manutenção desse nível em 2020. O crescimento das economias em desenvolvimento e de mercados emergentes também foi corrigido em baixo, para 3,9% (em comparação com 4,5% em 2018), devido, em parte, às incertezas do comércio internacional, políticas internas e à desaceleração estrutural na China.

##### 4.1.2 Economia Regional

Na África Subsaariana a situação foi diferente, o ritmo de crescimento económico acelerou passando de 3,0% em 2018 para 3,31%. De acordo com a actualização do World Economic Outlook (Perspetivas Económicas Mundiais), esta região africana regista, ainda assim, um crescimento acima da média mundial (3,2%) e só abaixo da China e da Índia, com crescimentos entre os 6 e os 7%.

O crescimento na África subsaariana explica-se pelo forte crescimento nos países sem recursos intensivos, que parcialmente compensam o desempenho sem brilho das maiores economias da região", escrevem os peritos do FMI, salientando que os preços mais altos, apesar de voláteis, do petróleo, "sustentam a perspectiva de evolução para Angola, Nigéria e outros países exportadores de petróleo".

##### 4.1.3 Economia Nacional

Em Moçambique, o ano de 2019, foi marcado pelos diversos acontecimentos, com destaque para os inesperados ciclones tropicais Idai e Kenneth no centro e norte do país, a instabilidade militar na região norte, o surgimento de focos de violência no centro, a realização de eleições no país e o crescimento da Dívida Pública, com forte impacto nas despesas públicas e contribuindo para o enfraquecimento da economia em cerca de 2,28%, abaixo da média dos 3,7% registado entre 2016 e 2018, isto é, crescimento mais baixo verificado desde 2000, quando Moçambique sofreu cheias devastadoras no sul do país.

Face a esses acontecimentos, e num contexto de insuficiência de fundos, o governo teve que adoptar medidas de políticas que influenciaram o comportamento dos principais indicadores macroeconómico e financeiro do país, mormente a emissão de obrigações de tesouro a taxas juro mais atrativas a curto prazo.

Por outro lado, o nível das taxas directoras do mercado financeiro, nomeadamente, as taxas Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) e Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 2019 observaram uma tendência decrescente, tendo saído de 14% e 22% em 2018 para 9,75% e 15,75% em 2019, respectivamente.

Este cenário influenciou negativamente nos rendimentos do INSS resultantes de investimento, tendo em conta que cerca de 77% da sua carteira de investimentos concentra-se em activos cuja taxa de retorno está indexada à taxa de FPC e consequentemente a redução de juros dos Depósitos à Prazo em 27,92%, que constituem a maior fonte das receitas financeiras.

No mercado cambial, no fecho de 2019, o Metical manteve-se estável em relação as principais moedas de transações internacionais em Moçambique, tendo o Dólar sido transacionado a 61,47 MT, o Euro negociado a 68,89 MT e o Rand cotado a 4,37 MT. Este comportamento é justificado pela maior disponibilidade de divisas na economia, resultante, por um lado, pela venda de activos da Anadarko à Total nos projectos da Bacia do Rovuma, o que permitiu ao Estado moçambicano encaixar mais-valias nas contas públicas e fortalecer as reservas internacionais, e por outro lado, diminuição do preço médio do petróleo no mercado internacional que atenuou as pressões do lado da procura de moeda externa.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2019, a Bolsa de Valores de Moçambique, para além das obrigações que tem transacionado, admitiu duas empresas. Nesta esteira, o INSS realizou investimento, na base do princípio de liquidez, da rentabilidade e de segurança, em uma destas sociedades, no caso, a hidroelétrica de Cahora Bassa.

Neste sentido, sendo o INSS um agente económico relevante no mercado e vulnerável a alterações inesperadas da economia afectaram o nível de empregabilidade, o desempenho económico da instituição também foi negativamente afectado em termos demográficos e financeiros, conforme espelha-se nos capítulos seguintes.

### 4.2. Situação Geral da Segurança Social Obrigatória do INSS

Um dos principais objectivos do INSS é aumentar a cobertura contributiva do sistema. Para o efeito, têm sido realizadas várias actividades, das quais se destacam:

(1) a divulgação do Sistema de Segurança Social Obrigatório (SSSO) com vista à sensibilização e informação dos contribuintes, beneficiários e o público em geral, através de palestras, seminários, publicidade (Jornais, Rádio e Televisão), página web, distribuição de desdobráveis visando transmitir a importância do sistema no que respeita aos benefícios que advêm da inscrição do trabalhador;

(2) o alargamento do âmbito pessoal, através da inscrição de novos trabalhadores e contribuintes no regime por conta de outrem e de conta própria e enquadramento na Manutenção Voluntária no Sistema (MVS);

(3) a abertura e/ou criação de novas direcções e representações distritais com vista a garantir a expansão dos serviços do INSS que constitui um dos pilares do quinquénio;

(4) o pagamento das diferentes prestações em vigor no INSS, quando satisfeitos os principais requisitos estabelecidos na lei; e

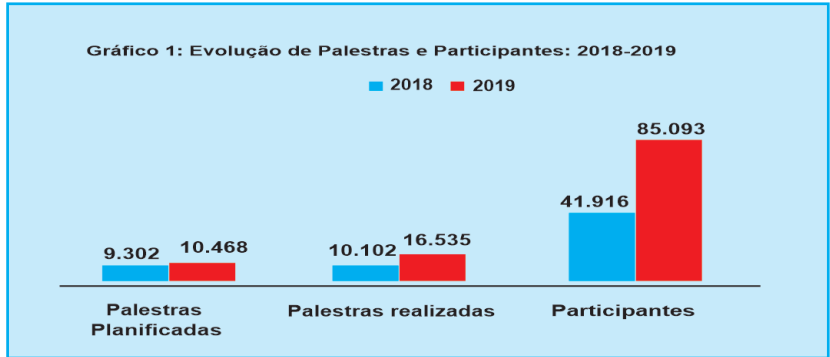
(5) a realização de prova anual de vida.

#### 4.2.1 Inscrições

As inscrições são dinamizadas pelas palestras, sendo que para o período em análise foram realizadas **16.535** palestras nos locais de trabalho com a participação de **85.093** trabalhadores, representando um grau de realização na ordem de 158% em relação a meta planificada de **10.468** palestras.

O impacto positivo das palestras nos contribuintes e beneficiários traduziu-se no aumento do nível da consciência dos contribuintes e beneficiários relativamente aos seus deveres e direitos, no âmbito do sistema de segurança social, o que, de certa forma, estará relacionado com o aumento de contribuintes activos e com a inscrição de novos contribuintes e beneficiários.

Comparativamente ao ano anterior, em que foram realizadas **10.102** palestras com a participação de **41.916** trabalhadores, verifica-se um aumento do número de palestras e de participantes em **63,7%** e **103%**, respectivamente, conforme ilustra o gráfico abaixo.



#### 4.2.1.1 Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO)

No período em análise, foram inscritos **12.831** contribuintes e **105.577** beneficiários, o que representa um subcumprimento do planificado (**13.655** contribuintes e **180.877** beneficiários), correspondentes a **93,97%** e **58,4%**, respectivamente.

Embora tenha sido registado um subcumprimento das metas acima, verificou-se um aumento do nível de consciência dos contribuintes e beneficiários através da sensibilização tendo em conta os resultados positivos obtidos na inscrição de novos contribuintes e beneficiários e dos respectivos activos, por um lado, e, por outro, o aumento da utilização da plataforma do SISSMO no seio dos contribuintes e beneficiários, revela o nível de adesão ao sistema.

No cômputo geral, o desempenho observado foi positivo (acima de **55%**) na inscrição de contribuintes, em todas as delegações provinciais, fruto, em parte, da colocação de técnicos na Autoridade Tributária para captar as unidades empregadoras que solicitam o início das actividades; encontros periódicos com parceiros sociais para solicitar colaboração no processo de inscrição de contribuintes.

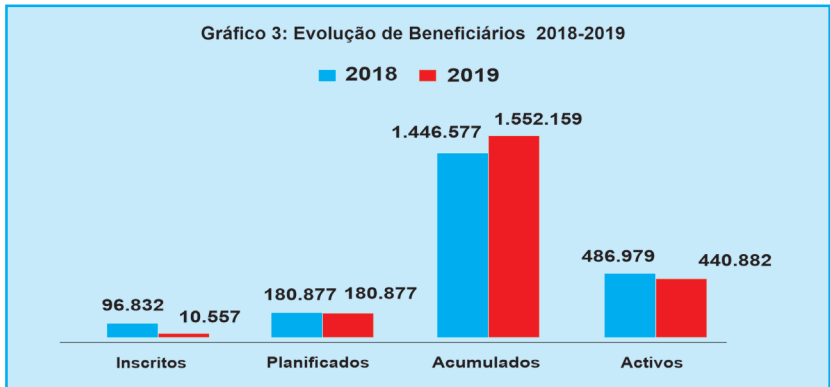
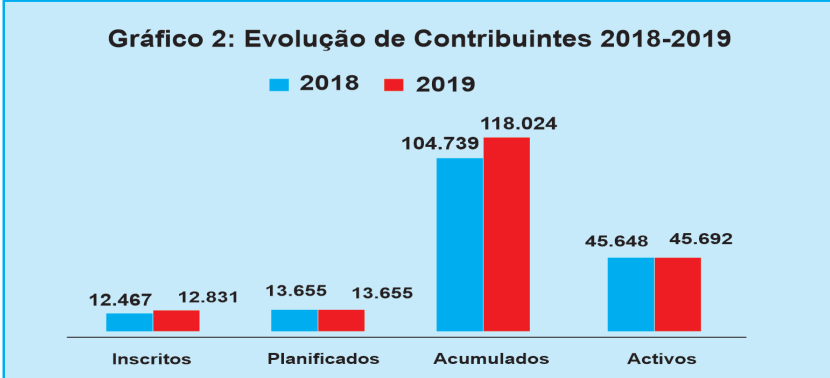
Relativamente aos beneficiários, o desempenho global foi de **58,4%**, onde se destacaram as delegações de Gaza e Inhambane que superaram as metas e Niassa e Zambézia que se aproximaram na sua execução às metas planificadas.

No que diz respeito aos beneficiários, nas delegações acima referidas, são apontadas como principais razões do incumprimento abaixo de 50%, a inscrição de micro e pequenas empresas que empregam um número reduzido de trabalhadores, a admissão por parte das empresas de trabalhadores já inscritos no sistema (tratando-se deste modo de mobilidade e não novas inscrições), a desaceleração da economia a nível das Províncias e com a conclusão dos projectos de implantação das empresas mineradoras e pela situação política social que a província de Cabo Delgado, em particular, vive.

Comparativamente ao período homólogo, em que tinham sido inscritos **12.467** contribuintes e **96.832** beneficiários, verifica-se um crescimento de contribuintes e beneficiários na ordem de **2,9%** e **9,0%**, respectivamente.

Em termos de avaliação do desempenho, tendo em conta o previsto no Plano Quinquenal do Governo (2015-2019), temos inscritos até Dezembro de 2019, **56.439** e **487.279** contribuintes e beneficiários por conta de outrem, dos **57.335** e **688.166** previstos até 2019, o que significa uma realização em **98,4%** e **70,8%**, respectivamente.

Quanto aos acumulados, o sistema regista **118.024** contribuintes e **1.552.159** beneficiários, dos quais estão no activo **45.692** contribuintes e **440.882** beneficiários. Estes dados significam que **38,7%** de contribuintes e **28,4%** de beneficiários do Sistema de Segurança Social Obrigatória tiveram as suas contribuições regularizadas, de acordo com os gráficos 2 e 3 abaixo.

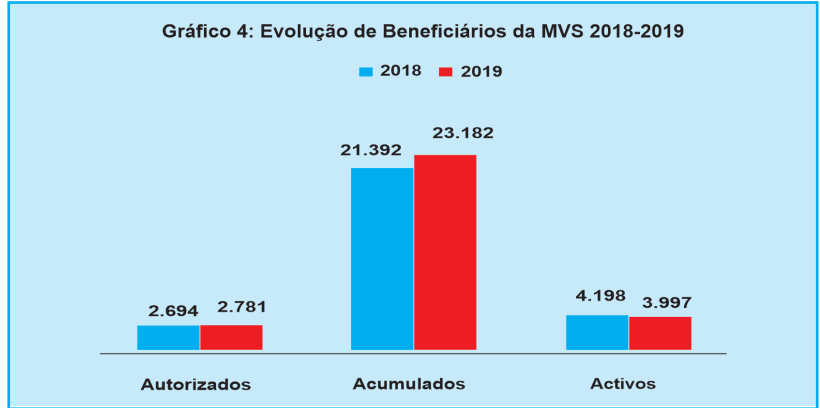


#### 4.2.1.2. Manutenção Voluntária no Sistema (MVS)

A situação de perda de emprego continua a constituir uma realidade cada vez mais comum na sociedade moçambicana e, por consequência, tem levado muitos beneficiários à situação de inactividade. Assim, como forma de dar seguimento ao processo iniciado aquando da sua inserção profissional como beneficiários, há um esforço de os manter na Segurança Social Obrigatória (SSO), através da MVS.

Deste modo, no período em análise, foram autorizados à MVS **2.781** beneficiários, contra os **1.638** planificados, representando uma realização na ordem de **169,8%**. Em acumulado, regista-se um total de **23.182** beneficiários autorizados, dos quais estão no activo **3.997**, o equivalente a **17,2%** do total dos acumulados.

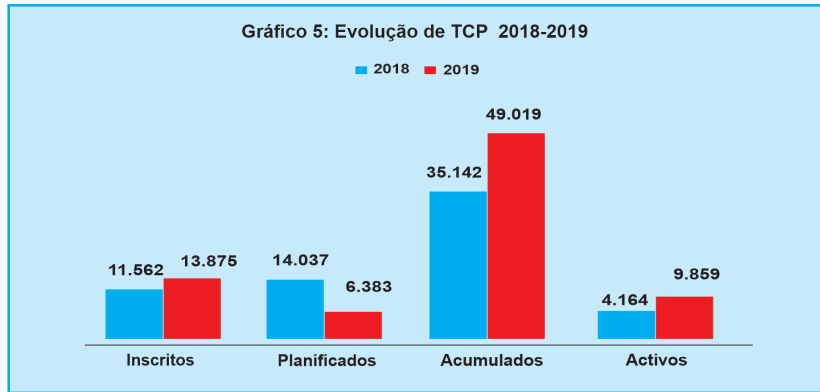
Relativamente ao período homólogo, em que haviam sido adicionados **2.694** beneficiários, passando a totalizar **4.198** activos, verifica-se um crescimento de autorizados e decréscimo dos activos na ordem de **3,2%** e **2,4%**, respectivamente, conforme gráfico 4, que se segue.



#### 4.2.1.3 Regime dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP)

O Diploma Ministerial nº 105/2015, de 27 de Novembro, alarga o âmbito de cobertura do sistema, dando oportunidade para que milhares de trabalhadores, exercendo actividades no sector não formal e no auto-emprego, passem também a ter acesso à segurança social, com destaque para a protecção na velhice.

Para o efeito, durante o período em análise, foram inscritos **13.875** trabalhadores, o que representa uma realização do planificado na ordem de **217,4%**, pois estava prevista a inscrição no sistema de **6.383** novos trabalhadores por conta própria, conforme o gráfico 5 abaixo.



Em termos de inscrição dos Trabalhadores por Conta própria foi superada a meta do Quinquénio em **308,5%**, tendo sido inscritos **49.019** dos **12.000** previstos. Cumulativamente foram registam-se **49.019** TCP, dos quais **20,1%** (**9.859** TCP) se encontram no activo. Relativamente ao ano anterior, em que foram inscritos **11.562** TCP, dos quais **4.164** no activo, verifica-se um acréscimo de inscritos e de activos na ordem de **20,0%** e **8,3%**, respectivamente.

### 4.2.2 Abertura de Direcções e Representações Distritais

No período em análise verificou-se a abertura de uma Direcção (Delegação) distrital e não houve a abertura de qualquer Representação, por conseguinte, o INSS está representado em todas capitais provinciais e continua a contar com **11** Delegações Provinciais, **23** Direcções (Delegações) Distritais e **45** Representações Distritais.

### 4.2.3 Prova Anual de Vida

A Prova de Vida, que consiste na comprovação física da existência dos pensionistas com vista a poderem manter o direito às prestações concedidas pelo Sistema de Segurança Social, é um dever estabelecido ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 83 do Regulamento da Segurança Social Obrigatória, aprovado pelo Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro.

É de periodicidade anual e obrigatória, sendo um processo bastante simples e flexível em que o pensionista deverá apresentar o seu documento de identificação nos locais de atendimento disponíveis ao nível de todas as delegações provinciais e podendo ser domiciliária para os casos de pensionistas fisicamente incapacitados de se fazerem presentes aos locais de sua realização.

O Processo da realização de Prova Anual de Vida via biométrica, decorreu no período de Janeiro a Março, com a previsão de realização de prova de vida a **83.143** pensionistas a nível nacional, dos quais **80.940** pensionistas realizaram a prova de vida estando em falta **2 203**. Após esse prazo suspendeu-se o pagamento da pensão aos pensionistas que não realizaram a prova de vida.

Paralelamente, decorreram medidas adicionais tendentes a identificação e realização da prova de vida dos pensionistas que não o fizeram dentro do prazo, acção coordenada pelos sectores de Auditoria e Contencioso, Auditoria Interna e Administradores do Conselho de Administração do INSS.

### 4.2.4 Conclusões do Estudo Actuarial

Foi efectuada uma avaliação actuarial do sistema contributivo de segurança social no País pelos técnicos internos, com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

De referir que estes técnicos beneficiaram de formação sobre esta matéria pelo que a cooperação com os técnicos especializados da OIT permitiu a consolidação dos conhecimentos obtidos durante a formação em ciências actuarial.

De acordo com as conclusões do estudo, a projecção dos fluxos de receitas e despesas revela, a curto e médio prazo, uma situação financeira sem tensões. As receitas originadas de contribuições e juros são suficientes para cobrir despesas com benefícios e despesas administrativas até 2052 e, caso o prémio se mantiver constante, a reserva será esgotada no ano de 2059.

### 4.2.5 Medidas de Reforma

O INSS continuou a desenvolver todo um conjunto de acções concertadas com vista a criar



# RELATÓRIO & CONTAS 2019



INSTITUTO NACIONAL DE  
SEGURANÇA SOCIAL



NATIONAL INSTITUTE OF  
SOCIAL SECURITY

## Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2019

*Modernizar Para Melhor Servir*

condições necessárias que lhe permitam obter uma opinião de auditoria assertiva sobre a sua Conta Anual. Há uma forte incidência dessas ações no processo de informatização e modernização do sistema, bem como efectuar reforma legais que permitam adequar a actividade do INSS as boas práticas internacionais, tudo na perspectiva de melhorar os serviços prestados aos utentes salvaguardando os princípios de segurança social obrigatória.

Durante o exercício de 2019, foi concluída a Implantação do projecto SISSMO - Pagamentos, responsável pela gestão do processamento e pagamento de pensões em todas as delegações provinciais e serviços centrais, através da implantação dos seguintes módulos: (Concessão de Benefícios; Migração de Pagamentos; Prova Anual de Vida; Pagamento de Prestações; Revisão de prestações; M-Contribuição e Outros pagamentos). Contudo, gostaríamos de destacar algumas ações:

- Decreto nº 13/2019, de 27 de Fevereiro - Aprova o Regulamento de Articulação de Sistemas de Segurança Social Obrigatória dos Trabalhadores por Conta de Outrem e por Conta Própria, dos Funcionários do Estado e dos Trabalhadores do Banco de Moçambique.
- Atento à necessidade de adequar o Plano de Contas do INSS (aprovado em 1990) às melhores práticas de Relato Financeiro actualmente em vigor, foi elaborado um novo Plano de Contas, que se encontra na fase final de procedimentos administrativos para a respectiva implementação.
- Está em processo o interface entre o sistema administrativo e financeiro e SISSMO para permitir a contabilização das transacções de contribuições e prestação do sistema de segurança social com pouca intervenção humana, o que concorre para a mitigação de erros e omissões, estando o software na fase de testes.

### 4.2.6 Medidas de Contenção

As despesas de administração correspondentes ao funcionamento dos serviços administrativos e financeiros do INSS e as despesas de acção sanitária e social, em conjunto, não devem ultrapassar 19% das receitas previstas no orçamento, à luz do artigo 111 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro.

O INSS tem estado a desencadear um conjunto de ações, concertadas, no sentido de conferir maior eficiência e eficácia ao processo de execução das despesas, sendo que para o exercício económico de 2019, foi observado o rácio de 15,73% contra os 18,86% projectados, como resultado da implementação das medidas de contenção das despesas, o que resultou numa poupança de 3,13%. Relativamente ao exercício anterior, em que este rácio foi de 16,03%, revela-se uma melhoria em 30 pontos percentuais.

### 4.3 Eventos Subsequentes no âmbito da Covid-19

No exercício de 2020, o Mundo vive um problema de saúde caracterizado por uma doença contagiosa chamada COVID-19, causada pelo Coronavírus, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo Pandemia, pelo facto de a doença ser altamente infecciosa, ameaçando muitas pessoas de forma simultânea no mundo inteiro. Ciente de que Moçambique já regista casos confirmados, o Governo anunciou uma série de medidas para que as pessoas e as instituições públicas e privadas possam mitigar o risco da infecção e propagação deste vírus. Neste contexto, o INSS desenvolveu um plano de contingência, conforme se descreve:

- Suspensão temporária da realização da prova anual de vida aos pensionistas do INSS;
- Perdão de multas e redução de juros de mora para as empresas devedoras;
- Oferta de máscaras de protecção de boca e nariz ao sector informal;
- Apoio ao MISAU em Kits de protecção individual aos médicos envolvidos no processo de COVID-19;
- Observar estritamente as medidas de prevenção e de infecção pelo COVID-19 anunciadas pelo Governo a nível da instituição.

Adicionalmente, atento às atribuições do Sistema Segurança Social em casos de doença e morte, a coberto do disposto nos artigos 17 e 40 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro, concluiu-se que caso sejam apresentados atestados médicos para atribuição dos subsídios retro mencionados, poderá existir um impacto financeiro na ordem de 57.062.711,67MT. Este montante, corresponde a cerca de 30% do plano de tesouraria para estas despesas no exercício de 2020.

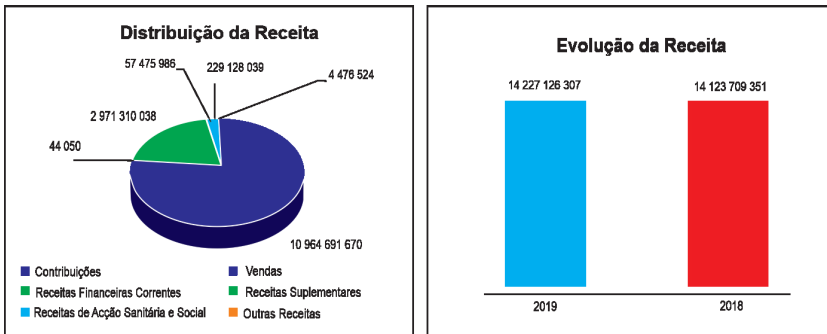
De acordo com as estimativas da OMS, cerca de 80% da população mundial infectada pela Pandemia COVID-19 vai recuperar sem necessitar de cuidados médicos, sendo que os restantes 20% necessitarão de especial atenção e destes 5% necessitará de cuidados médicos. O INSS tem 440.882 trabalhadores activos, aplicados 5%, temos 4.409 necessitarão de cuidados médicos o que pode levar à atribuição de Subsídios por Doença e de Internamento Hospitalar.

Na senda destas constatações e tendo em conta as Reservas do Sistema, o INSS está em condições de prestar assistência aos beneficiários elegíveis aos subsídios e pensão, garantindo-se a continuidade das actividades.

### 4.4 Principais Indicadores

#### 4.4.1 Receitas

As Receitas Correntes situaram-se em 14.227.126.307MT, tendo aumentado em 0,73% comparativamente ao ano anterior (2018: 14.123.709.351MT), sendo que o valor relativo do crescimento e decréscimo é a média da ponderação das variações entre as receitas, nomeadamente, de contribuições, de vendas, financeiras correntes, suplementares, acção sanitária e social e de outras receitas, na ordem de 9,47%, -37,13%, -21,22%, 25,89%, -19,03% e -36,99%, respectivamente, conforme o gráfico 6 abaixo.



De referir que as contribuições constituem a principal fonte de receita do Sistema de Segurança Social Obrigatória gerido pelo INSS.

#### 4.4.2 Despesas

As Despesas Correntes do período foram de 7.264.384.104MT (2018: 6.063.106.017MT), sendo de considerar:

##### 4.4.2.1 Despesas Técnicas com Prestações

As Despesas Técnicas (pensões do regime) apresentaram uma execução de 4.940.440.992MT tendo registado um aumento de 22,56% comparativamente ao exercício anterior (2018: 4.031.018.328MT), decorrente sobretudo da subida do número de pensionistas e do reajuste do valor das pensões.

##### 4.4.2.2 Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas e de Funcionamento apresentaram uma execução de

2.323.943.112MT, tendo-se verificado um aumento em 291.856.423MT, comparativamente ao exercício anterior (2018: 2.032.086.689MT), o que representa em termos relativos 14,36%.

##### 4.4.2.3 Amortizações e Reintegrações do Exercício

O valor total das Amortizações e Reintegrações do Exercício foi de 490.032.550MT, o que comparativamente com o exercício anterior (2018: 548.754.018MT) representa uma diminuição de 58.721.468MT, equivalente a 10,7%.

##### 4.4.2.4 Custos das Existências Vendidas e Consumidas

Esta rubrica apresentou um saldo de 44.050MT, como resultado da venda de brochuras de legislação sobre Segurança social.

##### 4.4.2.5 Provisões do exercício

Para o presente exercício económico, as provisões líquidas ascendem a 39.114.936MT, Este montante resulta do efeito das provisões criadas a favor da LAOH Invest, lda (2.843.700MT), Ministério da Ciência e Tecnologia (6.473.036MT), MARP (595.679MT), Extinto Nosso Banco (27.687.998MT), Somague (73.490.858MT) por utilização da provisão revertida dos bancos e de impressos vendáveis (1.514.523MT) para cobertura de outros riscos.

#### 4.4.3 Investimentos

O INSS continua a privilegiar a rentabilização dos investimentos efectuados nos períodos anteriores, sendo que no exercício de 2019 as despesas com investimentos registaram uma execução de 6.525.566.104MT que se destacam em:

##### a) Despesas de Capital Produtivo

As despesas com o capital produtivo tiveram uma execução de 6.064.767.920MT, constituídas, fundamentalmente, pela Subscrição das ações da HCB e da CDM, construção do edifício de Cabo Delgado, compra de obrigações de tesouro e constituição de Depósitos a prazo.

##### b) Despesas de Capital de funcionamento

As Despesas de Capital de funcionamento tiveram uma execução de 460.798.184MT.

#### 4.4.4 Resultados Líquidos

Apesar de 9,47% de aumento registado na receita de contribuições que ascendeu a 10.964.691.670 MT em 2019, (2018: 10.016.395.122 MT), o Resultado líquido reduziu em 8,24%, totalizando 7.185.219.679 MT em 2019, comparado com 7.830.765.649 MT apurado em 2018, influenciando de forma negativa, essencialmente no seguinte:

- Redução da receita financeira em 21,22%, que situou-se em 2.971.310.038MT em 2019 e em 2018: 3.771.520.408MT, influenciado pela redução das taxas directoras no mercado financeiro bem como a realocação da carteira de investimento para os de longo prazo, que não geraram renda no mesmo ano;
- Crescimento das despesas com pensões em 22,56%, que ascendeu a 4.940.440.992MT em 2019 contra 4.031.018.328MT em 2018, justificado pela maturidade do sistema.

Maputo, 29 de Junho de 2020

O Director da DAF

Jaime Custódio Nhavene

(Técnico Superior N1)

O Director Geral

Alfredo Simão Simão Mualila

(Técnico Superior N1)

Instituto Nacional de Segurança Social

### Relatório do Auditor Independente



Ernst & Young Limiteda  
Rua Belmonte/Oscar Muianga, N° 179  
Caixa Postal 366,  
Maputo  
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000  
Fax: +258 21 32 1984  
Email: ernst.young@moz.ey.com  
NÚT420 005 245  
www.ey.com

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

À Direcção Geral do

INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

##### Opinião com reserva

Audítamos as demonstrações financeiras do INSS - Instituto Nacional de Segurança Social (o Instituto), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019, a Demonstração dos resultados, o Mapa de fluxos de caixa e o Mapa de mutação de valores, relativos ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção "Bases para a opinião com reserva" abaixo, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do INSS - Instituto Nacional de Segurança Social em 31 de Dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado por Despacho Ministerial de 30 de Outubro de 1990.

##### Bases para a Opinião com reserva

A rubrica de imobilizado corpóreo e incorpóreo, engloba o montante de 2.565.615.057 Meticals relativo a imobilizações em curso, dos quais 2.231.912.751 Meticals são referentes a Obras em edifícios e outras construções em curso. A análise efectuada ao Inventário de Obras em curso, revelou que existem obras, cujo valor ascende a 1.375.348.112 Meticals, para as quais foram efectuados pagamentos na quase totalidade dos valores contratados, sem que as obras estivessem concluídas, sendo que neste valor se inclui uma obra no montante de 1.330.131.058 Meticals, que se encontra parada à mais de 4 anos e para a qual existe um processo de disputa com o Empreiteiro. Adicionalmente, identificámos o montante de 704.709.654 Meticals relativo a vários projectos de arquitectura e engenharia, com antiguidade significativa, para os quais as respectivas obras de construção não foram ainda adjudicadas. Nestas circunstâncias, não estamos em condições de nos pronunciar em que extensão o valor das Obras em curso reconhecido pelo Instituto é, ou não, realizável em referência a 31 de Dezembro de 2019.



Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes do Instituto de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

##### Ênfase sobre a Covid-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das organizações. Na Nota 4.4 das Notas explicativas às Demonstrações financeiras, são divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pela Direcção Geral para o Instituto Nacional de Segurança Social, com base na informação disponível à data. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

##### Outras Matérias

As Demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Segurança Social, relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2018, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião com reservas e ênfases sobre essas demonstrações financeiras em 3 de Junho de 2019.

##### Responsabilidade da Direcção Geral e do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.



Quando prepara demonstrações financeiras, a Direcção Geral é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a Direcção Geral tenha a intenção de liquidar Instituto ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Instituto.

##### Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Direcção Geral.



- Concluímos sobre a apropriação do uso, pela Direcção Geral, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos à Direcção Geral, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos à Direcção Geral que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos à Direcção Geral, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados

Representada por:

Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33)

Maputo, 29 de Junho de 2020



# RELATÓRIO & CONTAS

## Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2019



### VI – Demonstrações Financeiras

#### VI.i. Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2019				
	Notas	Valores em Meticais		
		2019	2018	
<b>Activos</b>				
Caixa	7.2	30.759	312.962	
Bancos	7.2	25.389.318.850	22.639.416.054	-
Contribuições e Adicionais a depositar	7.2	0	-	-
Contribuintes	7.3	2.598.856.790	3.329.753.546	-
Devedores p/ Rendimentos e Amortizações	7.4	225.381.005	227.695.108	-
Devedores p/ Prestações a Pagar a Beneficiários	7.5	0	94.986.982	-
Devedores p/ Prestações a repor ou a reembolsar	7.6	0	2.041	-
Outros Devedores	7.7	520.103.877	395.873.667	-
Existências	7.8	432.890	-	-
Imobilização Corpóreo e Incorpóreo	7.9	8.226.903.881	8.443.580.075	-
Imobilizações Financeiras	7.10	11.412.850.026	6.708.235.599	-
Despesas Antecipadas	7.11	23.771.499	12.693.530	-
		<b>48.397.649.577</b>	<b>41.852.549.565</b>	
<b>Passivo</b>				
Despesas e/ População Activa - Prestações a pagar	7.12	49.204.593	111.761.763	-
Despesas com Pensões – Prestações a pagar	7.13	94.933.335	30.718.963	-
Despesas e/ Subsídio p/ Morte - Prestações a pagar	7.14	50.345.790	29.267.265	-
Despesas com Acção Sanitária e Social	7.15	2.020.928	2.406.785	-
Prestações em Prescrição	7.16	44.031.552	46.496.413	-
Sector Público Estatal	7.17	33.361.782	64.205.312	-
Fornecedores	7.18	10.903.969	9.612.362	-
Empréstimos Obtidos	7.19	71.649.015	-	-
Adjudicatários Com Cauções	7.20	1.706.620	2.152.140	-
Outros Credores	7.21	71.705.763	42.361.629	-
INSS - Contribuições e Adicionais	7.22	2.598.859.562	3.329.912.136	-
Receitas Antecipadas	7.23	212.351	160.159	-
		<b>3.028.935.260</b>	<b>3.669.054.926</b>	
<b>Situação Líquida</b>				
Reservas	7.25			
Reserva do Ramo de Doença		828.751.334	610.001.138	-
Reserva do Ramo de Morte		1.368.794.509	1.185.555.144	-
Reserva do Ramo de Pensões		10.049.084.486	8.650.862.539	-
Reserva Geral do Sistema		16.421.842.068	10.438.617.827	-
		<b>28.668.472.397</b>	<b>20.885.036.648</b>	
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>				
Para Edifícios e Outras Construções		43.027.629	43.027.629	-
Para Equipamento Industrial		- 67.676	- 67.676	-
Para Material de Transporte		530.923	530.923	-
De Excedente de Revalorização		1.640.765.716	1.640.765.716	-
		<b>1.684.256.592</b>	<b>1.684.256.593</b>	
Resultados Transitados		7.830.765.649	7.783.435.749	-
		<b>41.212.429.898</b>	<b>34.021.783.916</b>	
Resultados Líquidos de Exercício		7.185.219.679	7.830.765.649	-
		<b>7.185.219.679</b>	<b>7.830.765.649</b>	
<b>Total do Passivo e da Situação Líquida</b>		<b>48.397.649.577</b>	<b>41.852.549.565</b>	

#### VI.ii. Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019				
	Notas	Valores em Meticais		
		2019	2018	
<b>PROVEITOS</b>				
Contribuições do regime	7.26	10.964.691.670	10.016.395.122	-
Outras receitas	7.27	3.262.434.637	4.107.314.229	-
		<b>14.227.126.307</b>	<b>14.123.709.351</b>	
<b>CUSTOS</b>				
Prestações do Regime	7.28	4.940.440.992	4.031.018.328	-
Despesas Administrativas	7.29	2.323.943.112	2.032.086.689	-
Amortizações e reintegrações de Exercício	7.30	490.032.550	548.754.018	-
Provisões do Exercício	7.31	39.114.936	2.652.540	-
		<b>7.793.531.590</b>	<b>6.614.511.575</b>	
Resultados correntes do Exercício		6.433.594.717	7.509.197.776	-
Resultados Extraord. Exercício (Líquidos)	7.32	649.743.134	66.559.849	-
Resultados Imputáveis a Exerc. Anter (Líquidos)	7.33	101.881.828	255.008.022	-
		<b>7.185.219.679</b>	<b>7.830.765.649</b>	
Resultados Líquidos do Exercício	7.34			

#### VI.iii. Mapa de Fluxos de Caixa

Mapa de Fluxos de Caixa – Exercício de 2019			
		2019	2018
<b>Fluxo de caixa de actividades operacionais</b>			
Resultado Líquido		7.185.219.679	7.830.765.649
<b>Variação do activo</b>			
<b>Diminuição/aumento de contas a receber</b>			
Contribuintes		730.896.756	-2.009.797.794
Devedores p/ Rendimentos e Amortizações		2.314.103	286.925.542
Devedores p/ Prestações a Pagar a Beneficiários		94.986.982	-95.455
Devedores/ Prestações a repor ou a reembolsar		2.041	-
Outros Devedores		-124.230.210	-321.181
<b>Diminuição/aumento de existências</b>			
Diminuição/aumento de outros activos correntes e Despesas Antecipadas		-432.890	-
		-11.077.969	-1.649.263
<b>Variação do Passivo</b>			
<b>Aumento/diminuição de contas a pagar</b>			
Despesas e/ População Activa - Prestações a pagar		-62.557.170	21.424.845
Despesas com Pensões		64.214.372	7.217.093
Despesas e/ Subsídio p/Morte - Prestações a pagar		21.078.524	17.802.353
Despesas com Acção Sanitária e Social		-385.857	1.784.923
Prestações em Prescrição		-2.464.861	-2.965.324
Sector Público Estatal		-30.843.529	30.376.012
Fornecedores		1.291.607	-28.875.428
Empréstimos Obtidos		71.649.015	-
Outros Credores		29.344.134	-139.930.290
INSS - Contribuições e Adicionais		-731.052.575	2.009.797.794
Aumento/diminuição de diferimentos e outros passivos correntes		52.193	-
<b>Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais</b>		<b>7.238.004.345</b>	<b>8.022.459.475</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de investimento</b>			
Imobilizações Financeiras		-4.704.614.427	-1.034.686.847
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo		216.676.194	199.564.537
<b>Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento</b>		<b>-4.487.938.233</b>	<b>-835.122.310</b>
<b>Fluxo de caixa de actividades de financiamento</b>			
Adjudicatários com Cauções		-445.520	-
<b>Fluxo de caixa líquido das actividades de financiamento</b>		<b>-445.520</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa total das operações, investimento e financiamento</b>		<b>2.749.620.592</b>	<b>7.187.337.165</b>
<b>Variação da caixa e seus equivalentes</b>		<b>2.749.620.592</b>	<b>7.187.337.165</b>
Variação da caixa e seus equivalentes no início do período		22.639.729.016	15.452.391.851
<b>Variação da caixa e seus equivalentes no final do período</b>		<b>25.389.349.609</b>	<b>22.639.729.016</b>

#### VI. iv. Mapa de Mutação de Valores

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO (N) 2019	EXERCÍCIO (N-1) 2018	VARIAÇÕES	
			PARA +	PARA -
<b>ACTIVO</b>				
<b>GRUPO I</b>				
<b>DISPONIBILIDADES</b>				
Caixa	30.759	312.962	-	282.203
Depósitos à ordem	7.599.670.540	7.478.575.943	121.094.598	-
Depósitos com Aviso Prévio	-	-	-	-
Depósitos a Prazo	20.218.661.100	17.663.343.759	2.555.317.341	-
Contribuições e Adicionais a Depositar	-	-	-	-
	<b>27.818.362.399</b>	<b>25.142.232.664</b>	<b>2.676.411.939</b>	<b>282.203</b>
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>				
Contribuintes	2.598.859.562	3.329.756.318	-	730.896.756
Devedores p/Rendime. Amort.	225.381.005	227.695.108	-	2.314.103
Deved p/Presta.Pagar a Beneficiários	-	94.986.982	-	94.986.982
Deved p/Prest.Rap ou a Reemb.	-	2.041	-	2.041
Outros Devedores	854.238.904	646.605.422	207.633.482	-
DespesasAntecipadas	432.890	12.592.492	-	-
	<b>3.724.293.818</b>	<b>4.332.267.726</b>	<b>220.225.974</b>	<b>828.199.883</b>
<b>EXISTÊNCIAS</b>				
Mercadorias	432.890	-	432.890	-
	432.890	-	432.890	-
<b>TOTAL DO GRUPO I</b>	<b>31.543.089.107</b>	<b>29.474.500.390</b>	<b>2.897.070.803</b>	<b>828.482.085</b>
<b>GRUPO II</b>				
<b>CRÉDITOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS</b>				
Imobilizações Financeiras	12.316.193.508	7.589.214.557	4.726.978.951	-
Imobilizações Corpóreas	7.062.314.155	6.063.031.602	999.282.552	-
Imobilizações Incorpóreas	95.271.411	167.749.582	-	72.478.171
Imobilizações em curso	2.565.615.056	3.407.339.259	-	841.724.202
Custos Plurianuais	18.587.312	7.107.152	11.480.159	-
	<b>22.057.981.442</b>	<b>17.234.442.153</b>	<b>5.737.741.662</b>	<b>914.202.374</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>53.601.070.549</b>	<b>46.708.942.542</b>	<b>8.634.812.465</b>	<b>1.742.684.459</b>

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO(N) 2019	EXERCÍCIO(N-1) 2018	VARIAÇÕES	
			PARA+	PARA-
<b>PASSIVO</b>				
<b>GRUPO I</b>				
<b>DÉBITO A CURTO PRAZO</b>				
Desp. e/Pop. Activa – Prest. Pagar	49.204.593	111.761.763	-	62.557.170
Desp. com Pensões	94.933.335	30.718.963	64.214.372	-
Desp. e/Sub. Morte Prest. A Pagar	50.345.790	29.267.266	21.078.524	-
Despesas e/Acção Sanitária Social	2.020.928	2.406.785	-	385.857
Prestações em Prescrição	44.031.552	46.496.413	-	2.464.861
Sector Público Estatal	33.361.782	64.205.312	-	30.843.529
Fornecedores	10.903.969	9.612.362	1.291.607	-
Adjudicatários com Cauções	1.706.620	2.152.140	-	445.520
Empréstimos Concedidos	71.649.015	17.649.015	-	-
Outros Credores	71.705.763	42.361.629	29.344.134	-
Contrib. e Adicionais a Receber	2.598.859.562	3.329.912.136	-	731.052.575
<b>TOTAL DO GRUPO I</b>	<b>3.028.722.910</b>	<b>3.668.894.768</b>	<b>187.577.653</b>	<b>827.749.511</b>
<b>GRUPO II</b>				
Amortizações Reintegrações	1.514.884.052	1.201.647.520	313.236.532	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.514.884.052</b>	<b>1.201.647.520</b>	<b>313.236.532</b>	<b>-</b>
<b>RECEITAS ANTECIPADAS</b>				
Receitas Antecipadas	212.351	160.159	52.193	-
	212.351	160.159	52.193	-
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>				
Provisões	3.688.536.919	3.654.745.457	33.791.462	-
Reservas do Sistema	28.668.472.397	20.885.036.648	7.783.435.749	-
Reservas de Capital	1.684.256.593	1.684.256.593	-	-
Resultados Transitados	7.830.765.649	7.783.435.749	47.329.900	-
Resultados Líquidos	7.185.219.679	7.830.765.649	-	645.545.970
<b>TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>49.057.251.236</b>	<b>41.838.240.096</b>	<b>7.864.557.110</b>	<b>645.545.970</b>
<b>TOTAL DO GRUPO II</b>	<b>50.572.347.639</b>	<b>43.040.047.774</b>	<b>8.177.845.835</b>	<b>645.545.970</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>53.601.070.549</b>	<b>46.708.942.542</b>	<b>8.365.423.488</b>	<b>1.473.295.481</b>

### VII - Notas às Demonstrações Financeiras

#### 7.1 Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado por Despacho Ministerial de 30 de Outubro de 1990.

As Notas às demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base formatos geralmente adoptados em Moçambique, com as necessárias adaptações, de forma a facilitar a sua leitura e compreensão.

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos mais significativos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

##### (a) Custo histórico

As contas foram preparadas em observância do princípio da convenção do custo histórico, exceptuando determinadas contas cujo método de registo vem expressamente referido.

##### (b) Débitos e Créditos em moeda externa

Os activos e passivos assumidos em moeda externa foram convertidos para MT à taxa de câmbio do BIM do dia em que se efectuaram as transacções. Os ganhos e perdas apurados nas datas dos pagamentos e recebimentos, bem como a actualização dos saldos em aberto no final do exercício, são reconhecidos na conta Resultados Extraordinários do Exercício.

##### (c) Imobilizações Financeiras

As imobilizações financeiras estão registadas ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade acumuladas, com excepção das partes de capital em empresas cotadas, reconhecidas ao seu justo valor, e em empresas não cotadas, reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial.

##### (d) Activo Imobilizado Corpóreo

O Activo Imobilizado Corpóreo é registado inicialmente ao custo de aquisição, acrescido das despesas adicionais de compra e instalação. Após o reconhecimento inicial, o activo imobilizado é reavaliado regularmente por uma entidade independente e mensurado pelo Modelo da revalorização deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

##### (e) Activo Imobilizado Incorpóreo

O Activo Imobilizado Incorpóreo, representado por software e encargos plurianuais, encontra-se registado ao custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade

##### (f) Amortizações

As amortizações são calculadas numa base anual, obedecendo o método das quotas constantes, utilizando as taxas máximas previstas na legislação fiscal em vigor, que se considera representarem de forma satisfatória a vida útil estimada dos bens.

As taxas de amortizações mais importantes são as seguintes:

Edifícios	2%
Equipamento de Transporte	20% - 25%
Outros meios imobilizados	10% - 16,7%
Equipamentoinformático	14,28%
Estudos e consultoria, Software – SISSMO e Encargos plurianuais	33,3%

##### g) Existências

As existências estão valorizadas ao custo médio ponderado.

##### (h) Receitas de Contribuições

A taxa de contribuições vigente e obrigatória é de 7%, sendo 4% a cargo das entidades empregadoras e 3% suportada pelos trabalhadores.

As contribuições são reconhecidas e registadas no momento em que são recebidas.

##### (i) Despesas com Prestações do Regime e Acção Sanitária Social

As despesas com prestações e acção sanitária social são reconhecidas no acto de emissão das ordens de pagamento.

##### (j) As Receitas e Despesas diferentes das em h) e i)

As restantes receitas e despesas são reconhecidas e registadas no momento da liquidação, ou seja, formalmente documentadas, ou quando a transferência de usufruto dos correspondentes direitos e/ou obrigações já se efectivou.

#### 7.2 Disponibilidades

Disponibilidade	Valores em meticais	
	2019	2018
Caixa	30.759	312.962
Bancos		
Depósitos à ordem	7.599.670.540	7.478.575.943
Depósitos a prazo	20.218.661.100	17.663.343.759
Total em Bancos Bruto	27.818.331.640	25.141.919.702
Provisões p/ outros riscos	-2.429.012.790	-2.502.303.648
Total em Bancos	25.389.318.850	22.639.416.054
Contribuição e adicionais a depósitos	-	-
	25.389.349.609	22.639.729.016



# RELATÓRIO & CONTAS

INSTITUTO NACIONAL DE  
SEGURANÇA SOCIAL



NATIONAL INSTITUTE OF  
SOCIAL SECURITY

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2019

Modernizar Para Melhor Servir

Imobilizado	Valores em Meticais				
	2019	Novas Aquisições	Abates/AR directa	Reclassificações /ajustamentos	Transf.
Terrenos e recursos Naturais	386.139	190.950	-	-	195.189
Edifícios e outras construções	5.998.381.519	9.850.000	-	-	869.259.322
Material de Transporte	504.356.602	51.045.784	-	-	378.284.186
Equip. Admin. e Mob. Diverso	505.289.689	21.765.389	-	-	10.555.310
Outros Bens Imobilizados	40.814.239	3.487.931	-	-	37.326.308
Software - SISSMO	95.271.411	70.000.000	142.478.171	-	167.749.582
Estudos e consultorias	13.085.965	8.984.677	50.883.445	-	28.654.634
Custos Pluriannuais	18.587.312	24.116.805	12.636.645	-	7.107.152
Imobilizações em Curso	2.565.615.057	324.270.370	-	-182.498.674	-983.495.898
<b>Total Bruto</b>	<b>9.741.787.933</b>	<b>513.711.906</b>	<b>205.998.261</b>	<b>(-182.498.674)</b>	<b>-954.841.264</b>
					<b>9.645.227.594</b>

Amortizações Acumuladas	2019	Amortizações do Exercício	Abates/AR directa	Reclassificações /ajustamentos	2018
Edifícios e outras construções	787.148.805	120.169.611	-	29.202.244	637.776.950
Material de Transporte	386.007.755	100.170.616	-	-	285.837.139
Equip. Admin e Mobiliário Diverso	318.671.089	60.429.238	-	-	258.241.851
Outros Bens Imobilizados	23.056.403	3.264.824	-	-	19.791.579
Amortização directa (403.8.405)	-	-	205.998.261	-	-
<b>Total de Amortizações</b>	<b>1.514.884.052</b>	<b>284.034.289</b>	<b>205.998.261</b>	<b>29.202.244</b>	<b>1.201.647.519</b>
					<b>8.443.580.075</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>8.226.903.881</b>	<b>490.032.550</b>			<b>8.443.580.075</b>

## 7.10 Imobilizações Financeiras

A rubrica de Imobilizações Financeiras para o presente exercício económico foi reavaliada em função do desempenho específico das Sociedades Participadas, sendo que a posição financeira é de 11.412.850.326MT (2018: 6.708.235.599MT), tendo-se registado 748.843.485MT como perdas por imparidades acumuladas de exercícios anteriores e 1.021.358.891MT em potenciais ganhos do presente exercício. A sua composição está conforme a tabela que se segue:

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS	Valores em Meticais			
	Valor Reavaliado 2019	Valor ao custo histórico 2019	Valor Reavaliado 2018	Valor ao custo histórico 2018
BIM - Banco Internacional de Moçambique	1.846.568.592	222.780.900	1.661.519.723	222.780.900
Obrigações e Bilhetes do Tesouro	6.300.863.800	6.300.863.800	4.111.573.238	4.111.573.238
Ex - Nosso Banco	452.983.947	452.983.947	445.442.105	452.983.947
MCS - Moçambique Companhia de Seguros	7.068.689	7.068.689	7.068.689	7.068.689
CDM - Cervejas de Moçambique	562.433.550	396.930.578	181.623.966	176.482.748
C. M. Hidrocarbonetos	529.412.400	66.176.550	549.742.238	66.176.550
Epsilon	188.743.360	182.256	188.925.616	182.256
Banco Único	74.888.612	66.747.000	77.106.982	66.747.000
Cela	366.212.000	366.212.000	366.212.000	366.212.000
FCB - Hidroelétrica de Cahora Bassa	1.987.018.558	1.295.881.668	-	-
<b>Sub-Total</b>	<b>12.316.193.508</b>	<b>9.175.827.389</b>	<b>7.589.214.557</b>	<b>5.470.207.329</b>
Provisão p/ Imobilizações Financeiras	-903.343.482	-	-880.978.958	-
<b>Total Líquido</b>	<b>11.412.850.026</b>	<b>9.166.644.189</b>	<b>6.708.235.599</b>	<b>5.470.207.329</b>

## 7.11 Despesas Antecipadas

O saldo de Despesas antecipadas, no montante de 23.771.499MT (2018: 12.693.530MT), representa as despesas liquidadas no exercício e que dizem respeito ao ano seguinte.

## 7.12 Despesas com População Activa - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 49.204.593MT representa os valores retidos pelos centralizadores para pagamento de prestações aos beneficiários. Comparativamente ao exercício anterior (2018: 111.761.763MT) reduziu em 62.557.170MT.

## 7.13 Despesas com Pensões – Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 94.933.335MT, representa o valor das pensões processadas e não reclamadas pelos legítimos beneficiários antes da entrada em prescrição. Comparativamente ao exercício anterior (2018: 30.718.963MT) aumentou em 64.214.372MT.

## 7.14 Despesas com Subsídio por Morte – Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 50.345.790MT, representa o valor dos subsídios por morte processados, que à data de encerramento do exercício findo em 31 de Dezembro, ainda não haviam sido pagos. Comparativamente ao exercício anterior (2018: 29.267.266MT) a conta aumentou em 21.078.524MT.

## 7.15 Despesas com Acção Sanitária e Social

O saldo desta conta, no valor de 2.020.928MT (2018: 2.406.785MT), é referente às despesas processadas e ainda não pagas, destinadas a atender carências específicas das famílias e da comunidade. Em relação ao exercício anterior, diminuiu em 385.857MT.

## 7.16 Prestações em Prescrição

O saldo desta conta, no montante de 44.031.552MT (2018: 46.496.413MT), representa as prestações processadas nas contas pagadoras precedentes desta, que, no entanto, não foram ainda reclamadas, aguardando o prazo legal de prescrição (prazo de prescrição igual a três anos, conforme o nº 2 do art.30, da Lei 4/2007 de Fevereiro). Relativamente ao ano anterior, diminuiu em 2.464.861MT.

## 7.17 Sector Público Estatal

Esta rubrica regista as operações inerentes à liquidação de taxas, contribuições, quotizações à administração Central e Local e outros organismos afins. O seu saldo ascende a 33.361.782MT (2018: 64.205.312MT), o que comparativamente a 2018 representa uma redução de 30.843.530MT.

## 7.18 Fornecedores

O saldo desta conta, no valor de 10.903.969MT (2018: 9.612.362MT), representa os encargos assumidos e não liquidados no exercício, referentes a fornecimentos por terceiros de bens e serviços, o que comparativamente a 2018 representa um aumento de 1.291.607MT.

## 7.19 Empréstimos Obtidos

Os Empréstimos obtidos, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2019 ascende 71.649.015MT, representam locações financeiras para equipamento de transporte, obtidas junto da Banca Comercial à taxa de juro Prime Rate do Sistema Financeiro publicado pelo Banco de Moçambique, deduzido de um spread de -2% (menos dois por cento), com datas início de 12 de Abril, 24 de Maio, 1 de Julho, 12 de Novembro e 30 de Dezembro respectivamente. Com duração de 24 meses.

## 7.20 Adjudicatários com Cauções

O saldo desta conta, no valor de 1.706.620MT (2018: 2.152.140MT), representa o valor das garantias bancárias dos fornecedores e de outros devedores credores diversos, o que comparativamente a 2018 representa uma diminuição de 445.520MT.

## 7.21 Outros Credores

O saldo desta conta, no montante de 71.705.763MT (2018: 42.361.629MT), representa os movimentos com terceiros não abrangidos por qualquer uma das contas precedentes desta classe.

A tabela a seguir demonstra a composição do saldo:

Outros Credores	Valores em Meticais	
	2019	2018
Fundo dos Funcionários do INSS	2.209.899	1.646.606
Contribuições a Restituir	1.597.365	2.120.073
Credores Diversos	67.898.499	38.594.951
<b>Total</b>	<b>71.705.763</b>	<b>42.361.629</b>

## 7.22 INSS - Contribuições e Adicionais

O saldo desta conta, no montante de 2.598.859.562MT (2018: 3.329.912.136MT), indica a diferença entre as contribuições efectivamente recebidas através das guias de depósito e as declaradas nas folhas de remunerações. Comparativamente ao exercício anterior diminuiu em 731.052.574MT.

## 7.23 Receitas Antecipadas

As receitas antecipadas ascenderam a 212.351MT (2018: 160.159MT) e dizem respeito às receitas recebidas no exercício, cujo proveito só será reconhecido no exercício seguinte.

## 7.24 Provisões

O saldo de Provisões, que à data de 31 de Dezembro de 2019 ascendia a 3.688.536.919MT, encontra-se a deduzir às rubricas de balanço pelo montante de 2.772MT respeitante a contribuintes de cobrança duvidosa, 334.135.028MT no que respeita a créditos de cobrança duvidosa, 2.429.012.790MT no que respeita a depósitos à ordem, 22.042.847MT respeitante a perdas de existências e 903.343.482MT no que respeita a imobilizações financeiras.

## 7.25 Reservas

Não estando determinado por lei o aumento do valor do activo imobilizado bem como da cobertura actuarial dos regimes de prestação social não compreendidos no Sistema de Segurança Social, não foram criadas as Reservas de Reavaliação de Imobilizações e Reservas Gerais do Sistema, respectivamente, nos termos definidos nos artigos nºs 38 e 39, do Diploma Ministerial n.º 45/90, de 9 de Maio.

A conta de reservas compreende as reservas técnicas e de capital, como ilustra o quadro abaixo:

Descrição	Valores em Meticais	
	2019	2018
<b>Reservas Técnicas</b>		
Ramo de Doença	828.751.334	610.001.138
Ramo de Prestações p/ Morte	1.368.794.509	1.185.555.144
Ramo de Pensões	10.049.084.486	8.650.862.539
Reservas Gerais de Sistema	16.421.842.068	10.438.617.827
<b>Total Bruto</b>	<b>28.668.472.397</b>	<b>20.885.036.648</b>
<b>Reservas de Reavaliação de Imobilizado</b>	<b>1.684.256.593</b>	<b>1.684.256.593</b>
Edifícios e outras construções	43.027.629	43.027.629
Equipamento Industrial	-67.676	-67.676
Equipamento de Transporte	530.923	530.923
Excedente de Revalorização	1.640.765.716	1.640.765.716
<b>Total Líquido</b>	<b>30.352.728.990</b>	<b>22.569.293.241</b>

De acordo com a tabela acima, o saldo das reservas observou um aumento na ordem de 26,14%, se comparado com o período anterior.

O artigo 104 do Regulamento da Segurança Social Obrigatória (RSSO), publicado pelo Decreto n.º 51/2017, de 9 de Outubro, prevê a realização de estudos actuariais de 3 em 3 anos para os dois regimes obrigatórios, trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores por conta própria, tendo sido o último estudo requerido pelo Governo de Moçambique e pelo INSS em 2018, em referência ao exercício de 2017, com o objectivo de realizar uma avaliação actuarial do sistema contributivo da segurança social do País, incluindo projecções para 2018 e até ao ano de 2060.

O referido estudo foi efectuado pela Organização Internacional do Trabalho, sendo que, em termos de metodologia actuarial foi utilizado o método de avaliação de projecções demográficas e financeiras para o período de 2018 a 2060.

Da Análise feita ao estudo actuarial, concluiu-se que as reservas do sistema, constituídas a 31 de Dezembro de 2019, nos termos do Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro, são suficientes para fazer face aos compromissos projectados para o mesmo período.

## 7.26 Contribuições do Regime

Regista-se nesta conta o valor das contribuições arrecadadas no exercício, provenientes do regime geral e de outros regimes abrangidos pelo sistema, o qual é distribuído pelos ramos doença, pensões, morte e administração, de acordo com as percentagens legalmente definidas. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, a receita de contribuições foi de 10.964.691.670MT (2018: 10.016.395.122MT), representando um aumento na ordem de 9,47% em relação ao ano de 2018.

## 7.27 Outras Receitas

A conta de outras receitas apresenta-se como segue:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
	2019	2018	Absoluta	%
Vendas	44.050	70.066	-26.016	-37,13%
Receitas Financeiras Correntes	2.971.310.038	3.771.520.408	-800.210.370	-21,22%
Receitas Suplementares	57.475.986	45.654.750	11.821.236	25,89%
Receitas de Acção Sanitária e Social	229.128.039	282.964.756	-53.836.718	-19,03%
Outras Receitas	4.476.524	7.104.250	-2.627.726	-36,99%
<b>Total Bruto</b>	<b>3.262.434.637</b>	<b>4.107.314.229</b>	<b>-849.125.844</b>	<b>-20,57%</b>

**Vendas** – Regista as vendas de brochuras da legislação de Segurança Social.

**Receitas Financeiras Correntes** – Regista os juros vencidos de depósitos à ordem (56.090.411MT), depósitos a prazo (2.138.402.598MT), juros de obrigações do tesouro (776.812.156MT). Rendimentos de aplicações em Papel Comercial, diferenças de câmbio favoráveis (4.873MT) e dividendos atribuídos relativos a participações em sociedades (248.536.729MT).

**Receitas Suplementares** – Regista os proveitos que resultam de arrendamento de imóveis do INSS e do património do Ex-FAST, nomeadamente edifício Sede, edifício de Chimoio, edifício de Lichinga, Pousada de Chóckwe, Fabrica de Refeições de Maputo e Centro de Repouso de Namaacha, Condomínio Mulala Residence, Centro de Conferência Regional de Gaza.

**Receitas com Acção Sanitária e Social** – Regista o valor das prestações prescritas (processadas e não reclamadas dentro do prazo legal de prescrição), e os proveitos resultantes da aplicação de multas e juros de mora.

**Outras Receitas** – Regista o valor da venda de cadernos de encargo e outros proveitos não cobertos pelas contas precedentes desta classe.

Complementando o atrás descrito, o quadro a seguir sintetiza a estrutura das receitas e a sua evolução, no biénio 2019/2018:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
	2019	2018	Absoluta	%
Contribuições	10.964.691.670	10.016.395.122	948.296.548	9,47%
Vendas	44.050	70.066	-26.016	-37,13%
Receitas Financeiras Correntes	2.971.310.038	3.771.520.408	-800.210.370	-21,22%
Receitas Suplementares	57.475.986	45.654.750	11.821.236	25,89%
Receitas de Acção Sanitária e Social	229.128.039	282.964.756	-53.836.718	-19,03%
Outras Receitas	4.476.524	7.104.250	-2.627.726	-36,99%
<b>Total Bruto</b>	<b>14.227.126.307</b>	<b>14.123.709.352</b>	<b>103.416.955</b>	<b>0,73%</b>

## 7.28 Prestações do Regime

As Prestações do Regime compreendem o pagamento de despesas abrangidas pelo Sistema de Segurança Social, previstas na lei do mesmo Sistema, as quais se apresentam como segue:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
	2019	2018	Absoluta	%
<b>Prestações do Regime</b>				
Despesas c/ População Activa (doença)	335.692.758	245.494.345	90.198.414	36,74%
Despesas com Pensões	4.398.230.407	3.595.389.474	802.840.933	22,33%
Despesas com Subsídio por Morte	191.101.589	175.770.169	15.331.420	8,72%
Despesas com Acção Sanitária e Social	15.416.238	14.364.341	1.051.897	7,32%
<b>Total Bruto</b>	<b>4.940.440.992</b>	<b>4.031.018.328</b>	<b>909.422.664</b>	<b>22,56%</b>

## 7.29 Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas compreendem as despesas correntes de funcionamento e outras de capital, conforme a seguir se apresenta:

Despesas Administrativas	Valores em Meticais		Variação	
	2019	2018	Absoluta	%
Custo de Exist. Venda. Consumida	44.050	-	44.050	100%
Fornecimentos e serviços de terceiros	431.322.211	371.291.398	60.030.813	16,17%
Despesas com Pessoal	1.827.197.317	1.660.593.750	166.603.567	10,03%
Despesas Financeiras	64.224.204	136.118	64.088.086	47.082,74%
Outras Despesas e encargos	1.155.330	65.423	1.089.907	1.665,95%
<b>Total Bruto</b>	<b>2.323.943.112</b>	<b>2.032.086.689</b>	<b>291.856.423</b>	<b>14,36%</b>

Contudo, importa referir que nas despesas Administrativas se destaca a elevada variação nas rubricas das despesas Financeiras e de outras despesas e encargos, sendo 64.088.086MT e 1.089.907MT, respectivamente, justificada pelos juros de financiamento na aquisição de Imobilizações.

Complementando o atrás descrito, o quadro abaixo sintetiza a estrutura das despesas e a sua evolução no biénio 2019/2018.

Evolução das Prestações de Regime e Despesas Administrativas	Valores em Meticais		Variação	
	2019	2018	Absoluta	%
Despesas com População Activa (doença)	335.692.758	245.494.345	90.198.414	36,74%
Despesas com Pensões	4.398.230.407	3.595.389.474	802.840.933	22,33%
Despesas com Subsídio por Morte	191.101.589	175.770.169	15.331.420	8,72%
Despesas com Acção Sanitária e Social	15.416.238	14.364.341	1.051.897	7,32%
Administrativas	2.323.943.112	2.032.086.689	291.856.423	14,36%
<b>Total Bruto</b>	<b>7.264.384.104</b>	<b>6.063.105.017</b>	<b>1.201.279.087</b>	<b>19,81%</b>

## 7.30 Amortizações e Reintegrações do Exercício

As Amortizações e Reintegrações do Exercício em análise ascenderam a 490.032.550MT (2018: 548.754.018MT), o que representa uma diminuição de 58.721.468MT.

## 7.31 Provisões e Perdas por Imparidade do Exercício

O valor total das provisões criadas no exercício foi de 39.114.936MT (2018: 2.652.540MT) e tiveram como finalidade a cobertura de outros riscos, decorrentes do incumprimento dos inquilinos LAOH, Ministério da Ciência e Tecnologia e MARP, Nosso Banco bem como os impressos vendáveis.

A tabela abaixo ilustra a sua composição.

Descrição		
Imparidades	31/12/2019	31/12/2018
Reversão da provisão de Bancos	-73.490.858	-
Imobilizações Financeiras	22.364.524	2.652.540
Outros Devedores e Credores	83.403.272	-
Despesas antecipadas	1.514.523	-
Outras Provisões	5.323.475	-
Total	39.114.936	2.652.540